

**MARIA ANTONIETA: PROTAGONISTA HISTÓRICA
DE ROMANCE LITERÁRIO**

Marie Antoinette: The historical protagonist of a literary novel

Adriana Falqueto Lemos¹
Jayza Monteiro Almeida²

Artigo recebido e aprovado em abril de 2015

Resumo:

O texto a seguir discute, principalmente, o diálogo entre dois campos de estudo e saber que se entrecruzam no romance *Maria Antonieta*, da coleção *As Grandes Mulheres da História*, que tem como protagonista a controversa rainha francesa Maria Antonieta, morta na guilhotina em 1789. O romance, publicado no Brasil em 1964, privilegia aspectos da historiografia pertencentes à corrente da História Cultural, ao mesmo tempo em que faz uso de ferramentas da escrita literária.

Palavras-chave: Maria Antonieta. História Cultural. Literatura.

Abstract:

The following text discusses mainly the dialogue between two fields of study that intersect in the novel *Maria Antonieta*, which has as its protagonist the controversial French queen Marie Antoinette, who died on the guillotine in 1789. The novel, published in Brazil in 1964, deals with aspects concerning the historiography of the Cultural History while uses the tools of literary writing.

Keywords: Marie Antoinette. Cultural History. Literature.

¹ Mestre (2015) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFES. Professora da Secretaria de Estado da Educação (ES). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (ES). Integrante do Grupo de Pesquisa Literatura e Educação.
Email: flemos.adriana@gmail.com.

² Graduada em História pela Faculdade Saberes e especialização em Educação Inclusiva e Diversidade pelo Instituto Superior de Educação e Cultura Ulysses Boyd. Mestranda no programa de Ensino na Educação Básica da UFES.

Introdução

Este artigo trata do estudo de um romance histórico intitulado *Maria Antonieta* (1964), que faz parte da coleção *As Grandes Mulheres da História*. Chama-nos a atenção, em primeiro lugar, que o texto literário se entremeie ao passado histórico – contexto em que viveu a rainha Maria Antonieta. Dessa forma, ficção e “realidade” se imbricam num texto criativo que ultrapassa os limites, quem sabe, da verossimilhança ou de fontes bibliográfico-documentais disponíveis para a composição de certas passagens. O escritor Frank Wilson Kenyon (1912 – 1989), ficou famoso, principalmente, por escrever romances históricos, particularmente sobre mulheres importantes como Maria Antonieta, Emma e Cartola Joaquina. O livro foi publicado em Nova York, Londres, França e Japão em 1956; na Bélgica e Suécia em 1957; na Turquia e Espanha em 1958, sendo finalmente traduzido para o português em 1959 (ARNOLD; HAY, 2008, p. 54). Chama-se a atenção para o termo “realidade”, aqui empregado entre aspas, visto que compreendemos os registros históricos, assim como posteriormente estudados, serão vistos aqui como produtos da apreensão e da ficcionalização do estudioso de história, portanto, passíveis de subjetividade. A realidade objetiva, quando tratada pelo estudo da História Social, é vista como realidade apreendida por um sujeito dentro de um contexto sócio, político, cultural e histórico.

O estudo levado a termo neste artigo intenta discutir questões sobre a teoria literária e o estudo da história cultural, tendo como *corpus* o livro *Maria Antonieta* e os registros históricos documentais de domínio público, de maneira a compreender os dois campos de estudo em questão – literatura e história – e a apreensão de ambos como um só no livro em questão. Justifica-se, assim, o cunho multidisciplinar do estudo dirigido neste artigo.

Contexto histórico-político-social e Maria Antonieta

Antes que se possa estudar o livro, é importante esboçar um panorama que dê vistas do estado histórico, político e social da França na época em que Maria Antonieta viveu. Batizada Maria Antonia Josepha Johanna (1755 – 1793), era filha da rainha Maria Tereza da Áustria e de Francisco III de Lorena. Casou-se aos 15 anos com Luís Augusto, príncipe herdeiro da França, de modo a selar um acordo de paz depois da Guerra dos Sete Anos. Criada com simplicidade (CRONIN, 1989, p. 45), Maria Antonieta teve dificuldades ao tentar se adaptar ao estilo de vida aristocrático da coroa francesa.

A consumação do casamento, ocorrido em 16 de maio 1770, não aconteceu na noite prevista (CRONIN, 1989, pp. 49-50), o que afetou a imagem do casal pelos anos vindouros (FRASER, 2001, p. 157). O

povo francês viu o casamento de maneira dúbia: por um lado, pessoas a achavam bonita e jovem. Por outro, membros antigos da população e da classe aristocrática acreditavam que o casamento com uma estrangeira representava uma quebra nas tradições francesas (FRASER, 2001, pp. 47, 94, 130-131). Posteriormente, Antonieta se envolveu com jogos de azar e passou a gastar altas somas de dinheiro com roupas, joias e maquiagens (FRASER, 2001, p. 141).

O casal não consumou o casamento até agosto de 1777, quando o irmão de Maria Antonieta José II, Sacro Imperador Romano-Germânico, resolveu intervir depois de perceber os rumos incertos que o casal havia tomado (CRONIN, 1974, p. 159). Em abril do ano subsequente Maria Antonieta estava grávida. Mas ela era parte de um contexto maior: era esposa do último regente da França, decapitado durante a Revolução Francesa.

A Revolução Francesa foi um marco na história da humanidade. Seus ideais ecoaram não apenas na França, mas em todo o mundo, abalando os sistemas institucionais e sociais vigentes na época e influenciando a maior mudança político-social já vista na história. Entre 1789 e 1799, a França passava por um momento delicado de intensa agitação política e social, a monarquia absolutista e os privilégios da aristocracia entraram em colapso e foram substituídos pelo novo ideal de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

Durante os séculos que precederam à revolução, o cenário político foi dominado pelo Antigo Regime, uma sociedade na qual o clero e a nobreza tinham enormes privilégios e o rei apresentava-se como representante de Deus na Terra (OSTERMANN; KUNKE, 1995).

Durante todo o século XVIII, o comércio passou por um grande desenvolvimento, promovendo um aumento extraordinário no poder econômico da burguesia, que ascendeu socialmente e passou a criticar a estrutura do Antigo Regime, já que esse não dava abertura para o livre comércio – o que os mantinha fora dos principais postos do governo (BURKE, 1997). Quem produzia a riqueza (burguesia) estava fora do poder, já que só quem podia assumir cargos era a nobreza e o clero. Ao mesmo tempo, mesmo com inovações filosóficas como o Iluminismo, as bases do Antigo Regime se mantinham e essa situação gerava um grande descontentamento; o povo se encontrava em situação de grande opressão e desigualdade.

Os camponeses eram mantidos em condição servil e em extrema miséria, impossibilitados de consumir mercadorias e impulsionar o comércio. Enquanto isso, a burguesia, que gerava a riqueza do país, era impedida de assumir cargos de poder e, por consequência, de ter uma maior participação política. Essas diferenças fizeram a França passar por uma grande crise econômica. Além de ter sofrido com várias levadas de safras agrícolas ruins que geraram o aumento dos preços, prin-

principalmente dos alimentos, o país foi castigado pela fome, que atingiu tanto a população pobre do interior quanto a da cidade e também houve uma queda na arrecadação dos impostos. Para agravar as dificuldades, a França aliou-se à América na guerra de independência contra a Inglaterra, gerando ainda mais despesas para o país. As dívidas e os gastos excessivos da coroa com festas, banquetes e jogos, enquanto o povo morria de fome nas ruas, foram minando pouco a pouco as forças da monarquia (LEVER, 2001).

A solução para a crise que havia se instaurado no país era a reforma fiscal, que acabaria com os privilégios do Primeiro e do Segundo Estados. Em 1788, o rei Luís XVI convocou os três Estados Gerais para uma assembleia, no intuito de decidir o que fazer com a crise instaurada no país. Porém, nem o Primeiro nem o Segundo Estado estavam dispostos a abrir mão de seus privilégios e, como manobra política para não perderem seus benefícios, ambos sugeriram que os votos não fossem contados individualmente por cada votante, mas que houvesse apenas um voto para cada estado. Mesmo que o Terceiro Estado fosse o mais numeroso, ele seria derrotado numa votação individual (MOTA, 1991).

A liderança burguesa logo foi contra a votação por estado e, em junho de 1789, o Terceiro Estado se retirou da reunião dos Estados Gerais e se proclamou como Assembleia Nacional Permanente. Sentindo-se pressionado, Luís XVI cedeu e obrigou o Primeiro e Segundo Estados a aceitarem a condição proposta pelo Terceiro Estado (o voto por indivíduo). Em julho do mesmo ano, os Estados Gerais passaram a se chamar Assembleia Nacional Constituinte.

Porém, surgiu um rumor de que o rei havia voltado atrás em sua decisão e que mandaria suprimir à força a Assembleia Constituinte. Isso provocou uma intensa indignação e comoção nos populares. Com o apoio dos soldados do exército, eles saíram às ruas, saqueando depósitos de armas e alimentos e invadiram e tomaram a Bastilha, prisão na qual se encontravam os inimigos políticos do rei Luís XVI. O rei, pressionado pelos movimentos que se davam tanto no campo quanto na cidade, precisou abolir a servidão, os dízimos e os privilégios do clero e da nobreza.

No primeiro ano da revolução, aconteceram vários fatores dignos de nota: a Tomada da Bastilha, a aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento que estabelecia direito à liberdade, segurança e à liberdade de expressão, além da épica marcha sobre Versalhes. Nela, mulheres decidiram marchar armadas até o Palácio de Versalhes, que se localizava a certa distância da capital, para trazer o rei de volta à capital francesa.

A Marcha sobre Versalhes significou o fim do poderio da família real e a ascensão do Terceiro Estado (KROPOTKIN, 1999). No entanto, a marcha não foi um evento isolado, várias foram as convocações para manifestações por toda a França para que os manifestantes reivindicas-

sem seus direitos. Eles acreditavam que, com isso, conseguiriam fazer o rei aceitar as suas ideias e as leis da assembleia (DOYLE, 1990).

Com o crescente clima de insatisfação com os nobres, muitos foram para o campo, para se refugiarem em seus palácios, ficando mais distantes da agitação da cidade. A família real, com cada vez menos tropas para defendê-la em seu palácio, começou a temer pela sua segurança e decidiu fugir. Contudo, os planos foram descobertos e ela precisou regressar ao país. Essa atitude de fuga foi encarada pela população como um ato de traição à pátria, pois estavam conspirando com estrangeiros para a derrubada da revolução e abandono do país. Foram, então, feitos prisioneiros pela Comuna Insurrecional e levados a julgamento.

Após um mês de ponderações e discussões a respeito do que seria melhor, chegou-se ao consenso de que Luís XVI era culpado. Acharam provas no cofre do rei do acordo que ele fizera com os aliados estrangeiros, combinando a invasão da França. O rei foi executado em praça pública sobre uma chuva de aplausos populares em janeiro de 1793. A rainha Maria Antonieta foi condenada no ano seguinte e executada também pela guilhotina em praça pública; seu corpo foi jogado em uma vala comum do cemitério de *La Madeleine*.

Maria Antonieta e a cultura popular

De acordo com Júlia Silveira Matos e Virgínia da Silva Xavier em *Gênero e história: Maria Antonieta nos livros didáticos de história* (2013), que compreendem que a maneira como a história é dada a ler é também a forma como ela vai ser assimilada culturalmente, e, por isso, os livros didáticos são tão importantes nesse processo – já que também acaba por se tornar, muitas vezes, o único repositório de conhecimento a que o aluno tem acesso ou a que o professor faz uso em sala de aula. Cita-se a professora Maria Amélia Dalvi no artigo “A poesia contemporânea em livros didáticos e a formação de leitores escolarizados: a trapaça institucionalizada” (2011), quando ela compreende que a materialização de produção cultural em livros didáticos produz representações de mundo que serão apreendidas por leitores. A professora também frisa, ao final do artigo, da necessidade de ampliação da leitura do livro didático frente sua própria limitação (com o uso de outras fontes de dados selecionadas por professores), mas informa que o mesmo não ocorre. O que ocorre com Maria Antonieta é “não apenas o silenciamento da figura dessa personagem histórica, mas do próprio gênero feminino nos livros didáticos de história, pois entendemos o silenciamento deste gênero como fruto de uma cultura atendendo interesses de uma época” (2013, p. 727-728).

As pesquisadoras compreendem, através da análise de um corpus composto de 13 livros didáticos, que a imagem historicamente consti-

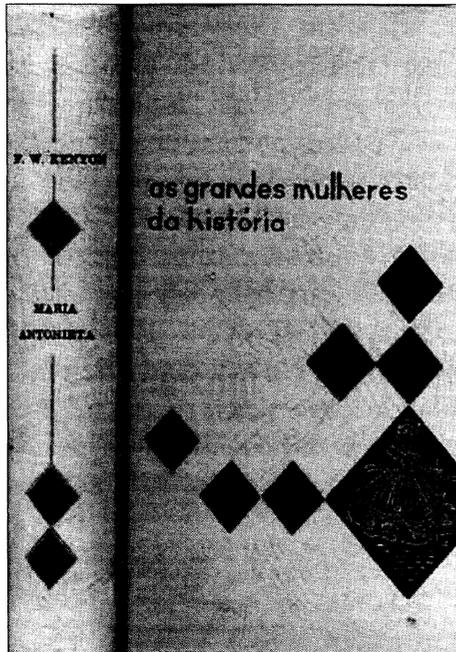
tuída de Maria Antonieta não é produzida numa atitude ingênua já que, em 10 dos 13 dos livros, ela é apenas citada no âmbito particular – as questões políticas da época da Revolução Francesa são postas de lado ao tratar dessa mulher, relegada apenas a responder por unidades referenciais utilizadas pelas autoras como “mãe, mulher, fútil e rainha” (2013, p. 727). Tais representações, segundo as autoras, reforçam ideias sobre papéis de gêneros e comportamentos esperados das mulheres. Dos 13 livros didáticos analisados, em 10 deles há o seguinte apontamento: “quando a rainha não está silenciada na história, ela está simplesmente representada em papéis atribuídos pela sociedade como femininos e conseqüentemente secundários no processo histórico” (2013, p. 731-732). Assim, percebe-se que Maria Antonieta é estudada e lida, pelo menos no âmbito de educação básica no Brasil no ensino de história formal, de maneira apagada e em segundo plano. Por isso, destaca-se o livro *Maria Antonieta* da coleção *As Grandes Mulheres da História*, figurando, assim, a coleção como um lugar de destaque para que a rainha ocupe no imaginário cultural dos leitores.

O livro *Maria Antonieta*, da coleção *As Grandes Mulheres da História*

A coleção *As Grandes Mulheres da História* compreende 11 livros de romance histórico-literários sobre as vidas de Maria Antonieta, Madame Pompadour; Maria Mancini; Maria Stuart; Madame Du Barry; Madame Tallien; Lady Hamilton; Cleópatra; Berthe Morisot; Carlota Joaquina e Cosima. Foram lançados em capa dura, encadernados em couro e editados pela Editora Itatiaia na década de 1960. Observa-se adiante a capa do volume *Maria Antonieta*, 1964. Em comum, os títulos da coleção têm tanto a materialidade quanto o assunto: tratam de mulheres históricas como se elas fossem personagens: são personalidades femininas que estiveram, em algum momento da história mundial, em situações de destaque ou poder. Destaca-se que algumas dessas mulheres fugiram aos padrões de comportamento impostos na época em que viveram e desafiaram a sociedade nas quais estavam inseridas. Mulheres como Maria Antonieta, popularizadas historicamente através de frases controversas como “Se não tem pão, que comam brioche”, são colocadas como protagonistas e suas histórias são recontadas, tendo como ponto de vista sua trajetória pessoal.

Levando-se em conta que a história tradicional destaca a vida de poucas protagonistas mulheres – e que, mesmo assim, elas estão sempre ao lado de um homem de poder – uma coleção de 11 títulos sobre mulheres rompe com verdades pré-estabelecidas no relato de fatos passados e agrega novos olhares aos estudos culturais sobre o feminino.

Figura 1: Capa do livro *Maria Antonieta*
Fonte: Sebo do Messias (2015)



A encadernação do livro – sua materialidade – também diz respeito à leitura do mesmo (e no caso, da leitura desta coleção). Afinal, um livro de capa dura como os da coleção *As Grandes Mulheres da História* precisa ser lido com um apoio – o livro pesa cerca de 880g e não tem flexibilidade; não é possível dobrá-lo ou amassá-lo. Há, portanto, que se criar um momento que privilegie a leitura para que o livro possa ser apoiado no colo ou numa mesa.

A materialidade do livro influencia na apropriação e na forma de leitura do mesmo. Por exemplo, Cilza Carla Bignotto (1998), no artigo “O Computador e a Leitura ‘Natural’”, ressalta as diferentes leituras dados os diferentes suportes de texto:

Ler um rolo de papiro, que precisa ser seguro com as duas mãos para se manter aberto, é diferente de ler um códex, que pode ser apoiado em uma mesa, deixando as mãos livres para anotar ou consultar outros livros; o que por sua vez é diferente da leitura de um livro impresso de bolso, que pode ser manuseado em qualquer lugar – e que se for perdido, não causará grande prejuízo ao dono (BIGNOTTO, 1998, p. 5).

Roger Chartier declara, em *Os desafios da escrita*, que,

Os textos não existem fora dos suportes materiais (sejam quais eles forem) de que são veículos. Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados. O “mesmo” texto, fixado em letras, não é o “mesmo” caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação (2002, 61-62).

A materialidade do livro implica uma dedicação mais exclusiva do que outras leituras, por exemplo, de brochuras. Roger Chartier explora a leitura e a materialidade em *A aventura do livro: do leitor ao navegador* (1998), e declara que a materialidade do livro, exposta em pinturas de personalidades históricas, por exemplo, “indicava autoridade, uma autoridade que decorria, até da esfera política, do saber que ele carregava” (p. 84).

Essa autoridade conferida ao texto do livro era provida “pela cópia manuscrita ou pela composição tipográfica” (p. 88). A encadernação do livro *Maria Antonieta* é feita num couro branco e o papel é “Bufon de 1ª, 90 G, 87x114, fabricado especialmente para esta edição pela indústria de papel Leon Leffer S. A.” (KENYON, 1964, p. 435). Esses aspectos dão a sensação ao leitor de que ele está diante de uma estrutura que expira autoridade, denotando importância material.

A contracapa do livro contém ilustrações das mulheres de todos os livros da coleção – destaca-se Cleópatra no canto inferior direito.

Figura 2: Contracapa do livro *Maria Antonieta*
Fonte: Sebo do Messias (2015)



A leitura literária de Maria Antonieta

A narrativa começa com um prefácio curto intitulado “Personagens”, seguido do seguinte texto:

O drama de Maria Antonieta é o de todo um país em certo período de sua História. Aqui desfilam os homens que se opuseram, embora fraca e irresolutamente, a um dos maiores acontecimentos da civilização ocidental: a Revolução Francesa. Se Maria Antonieta por vezes representou o eixo desta reação, o certo

é que sua vida foi um capítulo humano nesta história. A guilhotina que fez rolar sua cabeça, entretanto, abriu-lhe as portas da eternidade. Tomam parte neste drama, além dos criados, fâmulos e figurantes, os seguintes personagens:

MARIA ANTONIETA – (1755-1793) – Nasceu em Viena e era filha de Francisco I e de Maria Tereza. Casou-se em 1780 com o futuro Luís XVI. Imprudente, pródiga e inimiga de reformas, tornou-se prontamente impopular (“Affaire” do Colar). Influenciou seu marido a colocar-se contra a Revolução, tendo sido acusada de manter relações com o estrangeiro. A partir de 10 de agosto foi presa no Templo, tendo porém demonstrado um máximo de dignidade durante o cativo e frente ao tribunal revolucionário. Morreu na guilhotina (KENYON, 1964, p. 7).

Outros personagens são apresentados logo depois, como Du Barry, Luís XV, Luís XVI e Axel Von Fersen. Pela maneira como são dipostas, essas informações intensificam o aspecto histórico da narrativa, indicando ao leitor que tratam-se de personagens reais. Ao mesmo tempo, não há indicações de que o texto seja ficcional; ou seja, fatos históricos são imiscuídos ao texto ficcional sem que isso fique claro para o leitor – salvo pelas marcas do próprio texto, que são literárias.

Um tanto surpresa, a moça olhou para as chilreantes damas de companhia, que a rodeavam.

— Devo despir-me?

Sim, asseguraram-lhe entre sorrisos mal disfarçados, deveria despir-se.

— Devo então tirar toda a minha roupa?

Sim, sim, certamente, que toda a roupa.

— Mas... Por que? Perguntou ela.

Uma das damas, explicou com enfado:

— São roupas austríacas. Foi decretada na corte uma ordem que impede a esposa do Delfim de, entrar em França com qualquer outra espécie de roupas que não sejam francesas. Casada com o Delfim ela deve ser completamente francesa.

Maria Antonietta sorriu com desdém.

— Que preconceito mais tolo, este dos cortesãos franceses! De qualquer maneira, espero que seja divertido e aprumando-se: Muito bem, dispam-me. [...] Uma vez nua, ela já não mais parecia uma menina. Não era também uma mulher. Seus cabelos loiros, com lampejos rubros e dourados, cai em ondas pelos ombros finos, formando um halo que conferia uma quente luminosidade sobre seus membros sadios e, sobre seus jovens e pequeninos seios. Levantou-se na ponta dos pés e estendeu os braços, deliciada. Os olhos, jamais sérios um instante que fosse, brilharam alegremente (KENYON, 1964, p. 11-12).

As marcas de escrita criativa se revelam nos diálogos (todos criados) e na descrição adjetivada e romântica que evidencia detalhes enquanto suprime outros. O episódio acima se refere ao momento em que Maria Antonietta chega à França e tem que se preparar para o casamento; Kenyon implica que a jovem não conhecia o ritual e, por meio da

surpresa, explora o sentimento de confusão, desamparo e desdém que uma adolescente poderia exprimir – cativando o leitor; ao passo que originalmente, de acordo com Mylynka Kilgore, a mudança de Maria Antonieta começou muito anteriormente.

[...] Maria Antonieta precisava *parecer francesa*. Luís XV não concordou com o casamento até que viu como a noiva era. As construções de Maria Antonieta, que incluíram um penteado parisiense e três meses de tratamento ortodôntico (sem anestesia), culminaram num retrato pintado comissionado pelo retratista Joseph Ducreux (KILGORE, 2008, p. 2).

Dentro de um pavilhão especialmente construído para a ocasião, Maria Antonieta passou por um processo que foi explicado posteriormente pela Madam Campan; foi completamente despida, inclusive da *lingerie*, para que não levasse nada da corte estrangeira. A supressão dessas informações causa no leitor a impressão de que Maria Antonieta passou por uma situação constrangedora, na qual estava sozinha e desprotegida, ao passo que, além disso, produz pouco a pouco a imagem de uma jovem desafiadora e de temperamento forte, que é frívola em situações nas quais não se sente confortável.

Dessa forma, por meio de supressões e saliências, as impressões sobre Maria Antonieta vão sendo construídas através da escrita de Kenyon, que explora os sentimentos e pensamentos mais secretos de Antonieta e os expõe para o leitor:

Era muito cedo quando a rainha acordou na manhã seguinte. Como me sinto feliz! Foi o seu primeiro pensamento. Muito para surpresa de suas damas de companhia, ela levantou-se imediatamente e, para maior surpresa ainda, demorou apenas a metade do tempo habitual com a sua *toilette*. O resto da manhã arrastou-se num marasmo irritante; mal haviam passado duas horas do meio-dia e lá estava ela, na sua sala de visitas, a espera que von Fersen se apresentasse (KENYON, 1964, p. 216).

Kenyon faz Maria Antonieta se revelar diante do leitor e a humaniza; conforme a narrativa se desenrola, ela se casa, tem surtos de frivolidade e luxúria, perde muito dinheiro com jogos de azar e joias, mas também passa pela experiência de ser mãe, amadurece e se torna plácida, até que o momento da cortina se fechar chega:

Mãos grosseiras pegaram-na pelo braço. Sentiu que estava deitada, de bruço, numa plancha. Ouviu a voz do padre, cujos serviços recusara:

— Coragem, coragem...

— Coragem! – repetiu ela indignada — Não preciso mais dela. Tenha coragem o senhor. É a vida que requer coragem. A morte não! (KENYON, 1964, p. 434).

Algumas considerações

História e literatura podem caminhar juntas? Falar que a história pode ser contada através da literatura não seria voltar à problemática de o que é ficção e o que é verdade? Segundo Paul Veyne, em *Como se escreve a História*, “nenhum historiador descreve a totalidade (...), pois um caminho deve ser escolhido e não pode passar por toda parte; nenhum desses caminhos é verdadeiro ou é a história” (1992, p. 45).

Através dessa afirmação, podemos perceber que os fatos históricos, mesmo quando explorados e retratados de maneira científica, não englobam a premissa da verdade universal. A história, assim como qualquer ciência, não é estática e novas descobertas podem ser feitas a qualquer momento; ou seja, o que hoje afirmamos ser verdade, amanhã pode ser desacreditado. Mesmo que tenhamos acesso aos fatos que ocorreram através das fontes deixadas, de termos a fonte integral e original, não há garantia de que a analisaremos imparcialmente. A análise sempre será feita a partir do nosso ponto de vista ou da visão da pessoa que deixou o resquício histórico (VEYNE, 1992). Além disso, é preciso sempre problematizar as fontes deixadas e as abordagens históricas escolhidas: quem conta e para quem conta a história? Vencedores ou perdedores da guerra?

A História Cultural, corrente historiográfica estabelecida a partir da década de 1960, trata do estudo da história que se diferencia do modelo indicado pelos Annales, prezando pelo uso de sensibilidades hermenêuticas para a compreensão de dados que porventura poderiam ser utilizados para dar conta de acontecimentos passados, como documentos não oficiais como fotos, diários pessoais, filmes caseiros etc. Essa mudança de posicionamento filosófico, científico e metodológico no trabalho do historiador, de acordo com Sandra Jatahy Pesavento (2004, p.13), começou a se tornar mais evidente aproximadamente no século XX, com a queda de antigas meta-narrativas. Não é mais Mnemôsine, deusa da memória, quem guia os estudos do passado. Segundo Pesavento (2004), é a musa Clio, inspiradora da criatividade, quem é associada com os estudos do passado: sem a habilidade investigativa e curiosa do historiador e sua capacidade de “criar” a partir de fatos e relatos do passado, não é possível constituir uma narrativa para que os fatos possam ser apreendidos e compreendidos.

A literatura e a história dialogam através de diversos aspectos. Segundo Veyne (1992), o historiador já faz o papel de romancista ao escrever a história; a literatura, assim como a história, possui uma trama e é dentro dela que os fatos se desenrolam.

O historiador pode até dar conta da totalidade dos envolvidos e das consequências desses fatos e por isso, ele faz a escolha do que quer narrar e de como o fará, e o texto poderá se tornar interessante ou não

para quem lê. Entretanto, literatura e história se diferem em algo essencial: a literatura é livre para criar passados, fatos que não ocorreram, coisas que poderiam acontecer e diálogos que jamais existiram – como a célebre frase atribuída a Maria Antonieta, já referida neste artigo, e todas as outras presentes no livro *Maria Antonieta*. O historiador, todavia, escreve com o uso de material real, através de fontes e pesquisas e possui respaldo ao afirmar suas verdades, mesmo que essas sejam sujeitas à mudanças e à falta de imparcialidade (GUARINELLO, 1994). Segundo Chartier,

(...) todo documento, seja ele literário ou de qualquer outro tipo, é representação do real que se apreende e não se pode desligar de sua realidade de texto construído pautado em regras próprias de produção inerentes a cada gênero de escrita, de testemunho que cria “um real” na própria “historicidade de sua produção e na intencionalidade da sua escrita” (CHARTIER, 1990, p.62-63).

Ou seja, o texto com relato histórico objetiva a informação; já o texto literário tem características artísticas e criativas que transmitem ao leitor sensações, emoções e efeitos próprios desse gênero textual. Ambos são representações do real, mas comportam efeitos diferentes. Não é intenção de Kenyon ser preciso em seu relato, pelo contrário, sua intenção é deleitar o leitor e fazê-lo ter contato com uma representação mais humana de Maria Antonieta, descrevendo uma mulher inventada – assim como ela já havia sido pela história tradicional.

A diferença é que a invenção de Maria Antonieta pelos historiadores tradicionais a apresenta como uma mulher descompromissada e fútil, ao passo que Kenyon privilegia aspectos pessoais e a contextualiza dentro de uma época, fazendo com que o leitor possa compreendê-la e se identificar com ela. Já que a história privilegia os vencedores, não se pode pensar que a história oficial deixada nos livros sobre Maria Antonieta é completamente verídica – ela foi escrita por personagens que se opuseram a sua figura e a destituíram de voz. O que nos é deixado, historicamente, deve ser problematizado e questionado e, tratando-se da figura feminina, isso se torna ainda mais urgente. Livros como o de Kenyon ajudam o leitor a imaginar outra Maria Antonieta, mais humana do que aparece nos livros históricos e didáticos, mais mulher, mais livre e, por isso, mais culpada por todas as acusações que lhes eram e continuam sendo feitas.

Referências

- ARNOLD, John; HAY, John. *The Bibliography of Australian Literature*, Volume 3 – Fiction. University of Queensland Press, pp. 751, 2008.
- BIGNOTTO, Cilza Carla. O computador e a leitura “natural”. In: *Leitura. Teoria & Prática*, v. 32, p. 3-10, 1998.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História*. UNESP, São Paulo 1997.

- CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Art-med, 2001.
- _____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Edunesp, 1998.
- _____. *Os desafios da escrita*. Tradução: Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CRONIN, Vincent. *Louis and Antoinette*. 1. ed. London: The Harvill Press, 1989.
- _____. *Louis and Antoinette*. London: Collins. 1974.
- DOYLE, William. *The Oxford History of the French Revolution*. 3. ed. Oxford, UK: Oxford University Press, 1991.
- FRASER, Antonia. *Marie Antoinette*. New York: N.A. Talese/Doubleday. 2001.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. História Científica e Memória Coletiva. In: *Revista Brasileira de História (Impresso)*, SÃO PAULO, v. 7, n. 13, p. 49-62, 1994.
- KENYON, Frank Wilson. *Maria Antonieta*. Coleção As Grandes Mulheres da História, Tradução de Paulo Peçanha de Figueiredo Jr., 2. ed. Editora Itatiaia Ltda., Belo Horizonte, 1964.
- KILGORE, Mylynka. Remembering Marie-Antoinette: The Martyr, the Whore, and the Icon. In: *Power, Memory, and Culture: Cultural Constructions Symposium Proceedings and Other Presentations*, Texas, US, 2008.
- KROPOTKIN, Peter. *The Great French Revolution 1789-1793*. G.P. Putnam & Sons, 1999.
- LEVER, Gessy. *História e Histórias de Intimidade*. Unilever, Brasília, 2001.
- MATOS, Júlia Silveira; XAVIER, Virginia da Silva. Gênero e história: Maria Antonieta nos livros didáticos de história. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, p. 725-740, 2013.
- OSTERMANN, Nilse Wink. KUNZE, Iole Carretta. *Às armas cidadãos*. Atual, 1995, São Paulo.
- PESAVENTO, Sandra Jatayh. *História e História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. 1997, UNB, Brasília.